

REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

Considerando que:

1 -De acordo com a Lei de Bases do Património Cultural, a Convenção da UNESCO e restantes normativos em vigor, o património arqueológico náutico e subaquático português possui um relevante valor histórico, artístico e científico, o que impõe a existência de um serviço de âmbito nacional para a sua gestão;

2- Compete ao Centro Nacional de Arqueologia Náutica e Subaquática (CNANS) sob a tutela da Direção-Geral do Património Cultural:

- a) Promover a salvaguarda, estudo e valorização dos bens arqueológicos náuticos e subaquáticos, móveis e imóveis, classificados ou em vias de classificação, bem como os não classificados, situados ou não em reservas arqueológicas de proteção, designadamente através de ações e programas a desenvolver por imperativos de emergência, de ordem preventiva e de acompanhamento, ou com vista à verificação, caracterização e avaliação de descobertas fortuitas, oficialmente declaradas ou não, ou ainda através de projetos fundamentados no seu manifesto e prioritário interesse para o avanço dos conhecimentos sobre o património cultural náutico e subaquático nacional;
- b) Fiscalizar e acompanhar tecnicamente a realização de trabalhos arqueológicos no seu âmbito;
- c) Promover e apoiar a realização da carta arqueológica do património náutico e subaquático nacional, no âmbito da carta arqueológica de Portugal, centralizando os respetivos dados;
- d) Recolher e promover as medidas necessárias à conservação de achados arqueológicos fortuitos e de todos os bens arqueológicos provenientes de ações, programas e projetos promovidos ou realizados sob a sua responsabilidade, ou propor o seu local de recolha e depósito transitórios;

3 - O presidente da Associação dos Arqueólogos Portugueses (AAP) afirmou na Comissão

Parlamentar de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto, no passado dia 21 deste mês, que *“o espólio arqueológico aquático e subaquático corre riscos e que o Estado português não tem condições para cumprir o que estipula a lei”*;

4 - Relativamente à mudança de instalações do CNANS, José Morais Arnaud referiu "Ainda estamos no plano das intenções, que serão certamente boas, mas em termos práticos continuamos a não ver o lançamento do concurso para as obras [de instalação do CNANS], em Xabregas, ao contrário do que tinha sido prometido". (O lançamento do concurso tinha sido anunciado pelo Ministro da Cultura para o passado mês de outubro);

5 - O CNANS dispõe apenas de três arqueólogos, um técnico de conservação e restauro e três auxiliares, o que é manifestamente insuficiente, para gerir o espólio, que está em condições precárias no Mercado Abastecedor da Região de Lisboa (MARL). Este espólio arqueológico aquático e subaquático à guarda do CNANS, de cerca de 14.000 peças, corre sérios riscos de segurança;

6 - O Governo assumiu na Nota Explicativa relativa ao orçamento de Estado para 2018: *“Foi assegurada a transferência do Centro Nacional de Arqueologia Náutica e Subaquática (CNANS) para novas instalações em Xabregas, resolvendo um impasse com 10 anos e dotando-o de condições adequadas à sua função”*.

Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PSD vem por este meio dirigir ao governo, através do Ministro da Cultura, as seguintes perguntas:

1. Qual o montante inscrito para as obras de instalação do CNANS em Xabregas?
2. Quando é que vai ser lançado o concurso para essas obras?
3. Para quando a transferência do CNANS para Xabregas?
4. Vai ou não o Governo reforçar o quadro de pessoal do CNANS assim como reavaliar a estrutura e a representação orgânica do CNANS, no sentido da sua valorização?
5. O Estado português vai ou não dar condições ao CNANS para que este possa assegurar a proteção do património aquático e subaquático, designadamente adquirir equipamentos indispensáveis ao funcionamento dos vários setores de atividade do CNANS?
6. Irá ou não ser desenvolvido um programa para a promoção, educação, sensibilização e divulgação da arqueologia náutica e subaquática do país?

Palácio de São Bento, 24 de novembro de 2017

Deputado(a)s

HELGA CORREIA(PSD)

PEDRO PIMPÃO(PSD)

SUSANA LAMAS(PSD)

SÉRGIO AZEVEDO(PSD)

Deputado(a)s
PEDRO DO Ó RAMOS(PSD)
JOEL SÁ(PSD)